

COMISSÃO DE SAÚDE**REQUERIMENTO Nº , DE 2023**

(Do Sr. JORGE SOLLA)

Requer a realização de audiência pública a para debater sobre imunização e cobertura vacinal no país.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no Art. 117, VIII e Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de reunião de audiência pública para debater o tema imunização e cobertura vacinal no país.

Para tanto proponho sejam convidados:

Éder Gatti, diretor do Departamento de Imunização e Doenças Imunopreveníveis do Ministério da Saúde;

Mônica Levi, presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm);

CONASS - representante;

CONASEMS - representante;

Sociedade Brasileira de Pediatria - representante



JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos tem sido observada a queda da cobertura vacinal no Brasil - fato também observado em outros países-, deixando a população, principalmente a infantil, mais vulnerável a doenças já erradicadas no país, como sarampo e poliomielite, que deixam sequelas graves ou causam mortes. Fato que nos causa espanto, visto que temos uma atuação exemplar e exitosa do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do SUS, quase 5 décadas de atuação, que oferece todas as vacinas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Atualmente, são disponibilizadas pela rede pública de saúde, de todo o país, cerca de 300 milhões de doses de imunobiológicos ao ano, para combater mais de 19 doenças, em diversas faixas etárias. O Sistema Único de Saúde fortaleceu, investiu e aprimorou as iniciativas voltadas para garantia da cobertura vacinal. Nessas últimas décadas, o Brasil foi adquirindo uma grande respeitabilidade internacional pelo seu Programa Nacional de Imunização, garantindo coberturas vacinais em contextos muito diferentes desde as regiões urbanas até as regiões remotas e de baixa densidade populacional. Então, como chegamos a esse ponto?

Embora o índice de vacinação ideal seja acima de 90%, as taxas gerais de imunização têm ficado abaixo desse valor desde 2012, chegando a 50,4% em 2016. As metas de 2017 contemplavam a eliminação do sarampo e do tétano neonatal, além do controle de outras doenças imunopreveníveis como difteria, coqueluche e tétano acidental, hepatite B, meningites, formas graves da tuberculose e rubéola. No entanto, em relação ao sarampo, em março de 2019 o Brasil perdeu o status de “país livre da doença”, com a comprovação de casos endêmicos.

Em 2008, foi registrado o último caso de rubéola no Brasil, mas desde 2014, a cobertura vacinal tem estado abaixo de 90%, com apenas 56,5% do público-alvo vacinado em 2022. Em 2015, o Brasil sediou a maior campanha de imunização do mundo em número de doses aplicadas, com cobertura acima de 95%. Mas desde então, sua aplicação está em queda preocupante. A vacina



tríplice viral (contra sarampo, caxumba e rubéola) é oferecida a partir dos 12 meses de vida. Desde 2014 o país não atinge o percentual superior de 90% das crianças protegidas, preconizado pelo MS. Já a procura pela vacina contra poliomielite, o imunizante de gotinhas, caiu de 96,5% em 2012 para 67,6% em 2022. A doença foi considerada erradicada no Brasil em 1989, quando ocorreu o último caso, mas a queda da imunização coloca em risco esse avanço.

A vacinação é a forma mais efetiva para a eliminação de uma doença viral e as consequências dos baixos índices de imunização não podem ser ignoradas. Doenças potencialmente fatais para crianças podem ser evitadas com vacinação e, no entanto, verificou-se queda na cobertura vacinal para todas as doenças cujos imunizantes são disponibilizados pelo SUS. O cenário de pandemia agravou a baixa cobertura vacinal no geral.

Em dados recentes mais de 19 milhões de pessoas não completaram o esquema vacinal contra a Covid-19 e é preocupante a baixa cobertura entre os jovens, alerta o Ministério da Saúde.

Voltamos à indagação: como chegamos nesse quadro? Em 2017, a então coordenadora do PNI, Carla Domingues, alertava para uma possível dicotomia: o sucesso do programa poderia ser uma das causas da queda da cobertura. Isso porque o PNI imunizou amplamente a população que hoje está com 30, 40 e 50 anos de idade, devidamente vacinada na infância, quando doenças como o sarampo ou a poliomielite eram visíveis e a preocupação em vacinar as crianças era maior. “Hoje, como a doença desapareceu, os pais que foram beneficiados pela vacina e que por isso não conviveram com a doença, muitas vezes não percebem a importância da imunização. Por isso, é imprescindível mostrar que, apesar de raros os casos, as doenças ainda existem e que, portanto, é primordial vacinar as crianças”. (Portal CONASS, Ed. nº 25, out/nov/dez 2017).

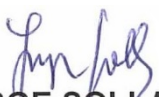
Desafortunadamente, a partir de 2019, os titulares que se sucederam na direção do Ministério da Saúde foram negligentes e coniventes com a onda “anti-vacina”, desdenharam dos estudos cientificamente comprovados, abriram



mão de seu papel obrigatório de esclarecer a população com campanhas educativas para se contrapor à disseminação desenfreada de *fake news* e contribuíram grandemente para que a cobertura vacinal despencasse no nosso país.

Para que possamos aprofundar esse tema candente, peço apoio dos nobres pares para a realização da audiência pública em tela.

Sala da Comissão, em 8 de março de 2023.


JORGE SOLLA
Deputado Federal (PT-BA)

